

EDUCAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA UMA ÁREA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Juliana Fatima Serraglio Pasini¹ 

Karine dos Santos² 

DOI: 10.29327/2282886.9.1-5

Introdução

A Educação Social vem se configurando ao longo de décadas como uma área disciplinar em processo de construção; é importante destacar a existência de várias compreensões relacionadas tanto à Educação Social quanto à Pedagogia Social, tornando, por vezes, um desafio a sua definição, especialmente tratando de conceitos e terminologias historicamente elaborados por autores europeus, e recentemente por autores latino-americanos. Compreende-se de modo geral a Pedagogia Social como uma ciência da Educação Social: “Nessa perspectiva, os dois conceitos aparecem, algumas vezes, juntos nas definições formuladas por pesquisadores. Além, desses conceitos, o conceito de Trabalho Social aparece relacionado ao de Educação Social/Pedagogia Social” (Machado, s. d., p. 8).

No campo educacional, é preciso problematizar e discutir a respeito do processo de formação de pedagogos(as), que pode ser conduzido à perspectivas mais amplas da educação, em um projeto que visa “ressignificar” a escola e as intervenções educativas dentro e fora do contexto escolar. “O debate sobre a natureza da Pedagogia decorre dos séculos XX e XXI, tendo ocupado diferentes níveis de explicação no interior de movimentos institucionais, teóricos e políticos no campo educacional” (Severo, 2014, p. 13). A Pedagogia Social nasce no contexto alemão, com as bases de uma perspectiva pedagógica orientada aos processos educativos que articulavam fortemente com a socialização cultural e a formação de identidades no âmbito da vida em sociedade. Nartop (apud Pérez Serrano, 2003), é precursor em estabelecer os fundamentos da nova área denominada Pedagogia Social, que, posteriormente, após sua sistematização conceitual, estruturação metodológica e formalização acadêmica, passa a ser conhecida em alguns países como Teoria Geral da Educação Social.

Em meio ao debate da regulamentação da profissão do(a) pedagogo(a) (Brasil, 2019^a) e dos(as) Educadores(as) Sociais (Brasil, 2019^b) no Brasil, é preciso problematizar a importância e as contribuições da Educação Social para a formação de pedagogos(as) no contexto da realidade

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0755566438950766>

² Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9724069399099749>

brasileira. É preciso um olhar atento às demandas educacionais, políticas e sociais daqueles que estão apartados do sistema educacional e desconhecem, por vezes, seus direitos ou não se reconhecem como sujeitos de direito, trabalho da Educação Social. No Brasil, a erradicação da pobreza, a universalização do acesso à educação e, também, a erradicação do analfabetismo ainda são problemas muitos distantes de se resolver, pois temos uma população de 11,4 milhões de analfabetos e de 151,5 milhões de pessoas na faixa etária de 15 anos ou mais que sabem ler e escrever apenas bilhetes simples, ou seja, não dominam a função social da escrita (IBGE, 2022); ademais, cerca de 2 milhões de jovens estão fora da escola, de acordo com os dados publicados em 2023 pelo Jornal da USP (Galvão, 2023). Nesse ínterim, a Educação Social se ocupa de buscar respostas pedagógicas e possibilidades para garantia de direitos desses sujeitos, não apenas na garantia à Educação, mas nas condições de moradia, saúde, assistência social, trabalho e todos os direitos que lhe conferem viver com dignidade.

Nessa direção, esse estudo busca problematizar a importância e as contribuições da Educação Social para a formação de pedagogos(as) no contexto da realidade brasileira, para tanto, nosso objetivo foi compreender e analisar o histórico da Educação Social no contexto latino-americano, a partir de uma pesquisa bibliográfica, com foco nas contribuições de Paulo Freire, para a área em construção. Logo, realizamos análise dos relatórios de estágio da disciplina de “Estágio de Docência I: Práticas Pedagógicas na Educação Social”, no período de 2018 a 2023, ou seja, desde que disciplina foi implementada no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pois, trata-se a única universidade brasileira a incorporar ao currículo do curso de Pedagogia a área da Educação Social, composta por disciplinas obrigatórias e eletivas, e inclui o estágio profissional na Educação Social, ofertado no terceiro semestre do curso. A partir dos relatos é possível perceber os ecos da Educação Social na formação dos(as) pedagogos(as).

No contexto da Educação Social, ao pedagogo(a) cabe problematizar os reveses sociais sob uma ótica pedagógica, trabalhar com diferentes faixas etárias, atendendo desde crianças aos idosos, nas comunidades, organizações da sociedade civil (OSCs), na socioeducação, centros comunitários, instituições públicas e privadas que atendam às demandas da questão social. A condição humana, assim como a formação do(a) pedagogo(a) no contexto da Educação Social é entendida como sujeito inacabado, na sua incompletude, o que significa que estamos em permanente processo de ser mais, assim, “Freire sintetiza que essa é a nossa vocação, compreendida como desejo de liberdade e de justiça, já que implica em mudança de paradigmas, por que a educação se faz refletindo e agindo de maneira consciente em sua prática educativa cotidiana para transformá-la” (Corrêa, 2019, p.11).

No cenário de instituição da Educação Social no Brasil e do processo de regulamentação da profissão de pedagogo(a) com possibilidades de ressignificação de sua formação, Paulo Freire tem muito a contribuir. A importância da obra de Freire à Pedagogia e à Educação brasileira e latino-americana é latente. Ousamos afirmar que seus princípios não chegaram a ser devidamente apropriados pelos sistemas e políticas tanto da educação escolar como a não



escolar. Defendemos uma concepção de educação e formação pautada nos princípios da criticidade, da justiça social e da democracia, elementos fundantes da educação freiriana. Assim, destacamos três contribuições fundamentais de seu legado à Educação Social: sua concepção de educação libertadora; suas pedagogias que alinham teoria e prática; e a práxis como conceito ético-político-pedagógico.

1. Educação Social: breve histórico no contexto europeu e latino-americano

A Educação Social como área do conhecimento compreende a formação humana de forma ampla, que não se restringe ao um espaço específico, seja ele escolar ou não escolar, mas trata da formação circunscrita em um processo educativo articulado com um conjunto de programas que objetivem a garantia de direitos a todos os sujeitos; possibilita-lhes múltiplas formas de aprender, construir conhecimentos, conhecer, reconhecer e lutar pelos seus direitos como sujeito social, cultural e histórico, a fim de exercer a cidadania. Nessa direção, “se alcançarmos ser corpos conscientes, que caminham com o mundo, somos já método, sempre metade do chão, metade do voo: ser mais” (Ribeiro, 2019, p.11). A essa área do conhecimento, são estabelecidas articulações com as diferentes fronteiras do campo educativo, incluindo as diferentes organizações sociais, centros comunitários, centros de saúde, programas e instituições socioeducativas (Krichesky, 2011).

As pesquisas realizadas por Adams e Santos (2019) sobre o histórico da Pedagogia Social apontam que a teoria iniciou na Alemanha,

[...] que pasaba por procesos de marginación y exclusión social, inadaptación y vulnerabilidade, desendeados por la revolución industrial [...]; pero en seguida vienen aportes teóricos importantes También de España donde a partir de 1993 ocurren los requerimientos de la Licenciatura em Trabalho Social (Adams; Santos, 2019, p. 66).

No contexto europeu, a Pedagogia Social tem suas marcas iniciadas no século XVIII, período do Iluminismo, em que se identifica alguns pesquisadores e pensadores preocupados com a educação dos pobres e desassistidos pelo avanço do capitalismo (Krichesky, 2011). Esse período é demarcado pelo surgimento tanto da escola quanto da pedagogia, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, na qual surgem marcas e elementos que caracterizam a pedagogia social que se “vuelta para los que se quedaban a la margen del proceso productivo de la industrialización emergente, situación agravada por las dos grandes guerras mundiales” (Adams; Santos, 2019, p. 66-67).

Esta pedagogia, instalada nos países centro-europeus e nascida de autores da educação envolvidos com a filosofia e sociologia de Paul Natorp (1854-1924), aposta em uma visão mais crítica e emancipatória, na qual se deve revestir a pedagogia promovendo, assim, não somente o diálogo entre a teoria e prática, mas a proposição de novas organizações didáticas que busquem a humanização e tenha como marco a vida comunitária (Ferreira, 2023, p. 23).



Nesse sentido, a Pedagogia Social tem seu surgimento no âmbito do trabalho não escolar, articulando o trabalho social com a educação social. Sua constituição tem fundamental importância, especialmente na direção de ressignificar a garantia de direitos àqueles diretamente afetados, excluídos ou marginalizados pelo sistema produtivo capitalista. Adams e Santos (2019) citam três etapas da Pedagogia Social: a primeira caracterizada como “idealista y empírica (19850-1920), tradición historicista y hermenéutica (1920-1933), una vuelta en la perspectiva nacionalista y, en la segunda mitad del siglo XX, una pedagogía social crítica (esta concomitante al proceso de expansión de la educación popular en América Latina)” (Hidalgo, 2017 apud Adams; Santos, 2019, p. 67). Na Europa, o movimento da Pedagogia Social crítica tem início na década de 1968, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação emancipadora, que tem por objetivo melhorar e transformar as estruturas sociais. Essa mudança é marcada por uma perspectiva teórica e prática que tem a intencionalidade de “prevención y mitigación de la exclusión social y la promoción del bienestar” (Hidalgo, 2017, p. 17). Nesse sentido, é preciso que haja um trabalho na perspectiva de promover o crescimento e desenvolvimento pessoal dos sujeitos e comunidades, ou seja, criar espaços em que a educação possa promover ações que incluam as dimensões político-pedagógica em prol de um trabalho de garantia de direitos sociais.

Na Itália, a Pedagogia Social está mais voltada à educação não escolar em comparação à escolar, a partir de uma perspectiva que compreende que a educação se produz em sociedade, sendo a comunidade que educa o indivíduo (Machado, 2011). Já na França, a Pedagogia Social está focada em atender às novas demandas sociais, que incluem as dificuldades de adaptação, questões socioculturais, a educação de jovens e adultos, bem como sua formação para o trabalho (Machado, 2011).

Na Espanha, a Pedagogia Social, “es una disciplina cuyo campo de conocimiento tiene como objetivo la formación y preparación de los profesionales de la Educación Social con la intención de que tales conocimientos remitan a la práctica y contribuyan a mejorarla” (Carreras, 1997, p. 60). Na Espanha encontra-se um avanço teórico-metodológico na relação que se estabelece entre teoria e prática, uma vez que está centrada em formar um profissional que atue na/com a realidade, na integração e garantia de inclusão social, considerando as diferentes necessidades associadas às demandas sociais. É na Espanha, então, que temos o reconhecimento do(a) educador(a) social, um profissional que atua diretamente com demandas sociais, contemplando três eixos: “educación de adultos, inclusión/inserción/adaptación social y acción socioeducativa de la tercera edad” (Adams; Santos, 2019, p. 68).

Nos países latino-americanos, a compreensão da Pedagogia Social e Educação Social ainda é incipiente, embora tenhamos a regulamentação da profissão em alguns países. É a partir da década de 1970 que surge um movimento latino-americano no qual diferentes grupos se unem na luta organizada em todo continente contra a superação das desigualdades sociais, pela superação e transformação cultural e social. Integram esses grupos o movimento de “Educação Popular onde convergem discursos, práticas e reivindicações de organizações camponesas, científicos sociais, promotores dos direitos humanos, associações sindicalistas, juventudes



comunidade, organizações afrodescendentes, comunidades indígenas” (Munevar, 2021, p. 52), que organizadas em cooperativas, juntos de acadêmicos e intelectuais, contribuíram para o início de um movimento coletivo, na busca por uma nova identidade, que tem em comum refletir, pensar e construir uma formação-educação emancipadora e transformadora com base nas contribuições de Paulo Freire (1992). Esse grande movimento conduz os educadores latino-americanos a

[...] buscar novas metodologias, epistemologias e perspectivas para abordar a realidade para intervenção socioeducativa, a animação sociocultural e a formação de adultos em um primeiro momento, propõe uma reformulação das propostas conceituais baseadas na Pedagogia Popular, a Educação Social e a participação comunitária em um segundo momento, em consequência, em alguns países ibero-americanos como Uruguai, Brasil, Colômbia entre outros inicia uma renovação dos referentes teóricos e disciplinares (Munevar, 2021, p. 52).

Nesse ínterim, iniciam-se os movimentos a partir de seminários, congressos e movimentos sociais para a profissionalização e legislação curricular em níveis superiores de ensino, a fim de problematizar e legitimar a atuação do(a) educador(a) social nos países latino-americanos. Esse fenômeno da profissionalização na área da Educação Social é recente, por se tratar de um campo ainda em disputa, construção e visibilização.

Na Colômbia há um grande movimento em defesa de uma formação específica para a Educação Social, que iniciou a partir de 2006, que já representa um grande avanço. No contexto colombiano, a “carreira e formação do educador social têm sido associados à Educação Popular devido ao seu caráter e natureza, em sua prática dentro e fora das salas de aulas da escola” (Munevar, 2021, p. 21). No entanto, o país ainda não oferece diploma especializado em Pedagogia Social ou Educação Social, pela via da formação inicial; são ofertados cursos em instituições públicas e privadas que possibilitam fomentar discussões para ampliar a compreensão da área especificamente.

Na Argentina, o debate e olhar para as milhares de crianças em situação de extrema pobreza, exploradas pelo trabalho infantil e fora do sistema escolar, além de imigrantes e indígenas eliminados de seus territórios, passam a compor um grupo de sujeitos desassistidos pelas políticas sociais, inicia-se um movimento por parte das mulheres socialistas e anarquistas no início do século XX, a fim de denunciar a realidade vivida por tais grupos, especialmente as crianças trabalhadores, demarcando esforços em democratizar as condições sociais, culturais e educativas para todos (Redondo, 2014, p. 69-70).

A extrema desigualdade presente no país argentino resultou em movimentos, ações e experiências na área da Educação Social, contribuindo para um debate mais amplo. Dentre as ações realizadas, Redondo (2014) destaca a criação de

[...] centros de alfabetização de adultos a cargo dos movimentos dos trabalhadores desempregados, propostas para conclusão da escolaridade em centros de trabalho recuperados (medidas socioeducativas), centros de crianças da comunidade, refeitórios sociais, centros de leitura, oficinas de artesanatos em bairros populares, espaços recreativos e artísticos para crianças em vilas de emergência. Qualquer espaço onde



crianças, adolescentes, para que os jovens pudessem realizar algum tipo de atividade educacional, cultural e/ou social (Redondo, 2014, p. 71, tradução nossa).

Tais ações, inspiradas nas leituras freirianas, contribuíram para o ressurgimento de uma Educação Popular e, posteriormente, para implementação de ações e práticas reconhecidas pela Pedagogia Social, na construção coletiva por educadores(as) sociais a partir de um trabalho em rede, que ao longo dos anos vem crescendo exponencialmente. No ano de 2003, com a reforma do sistema educativo argentino, a nova Lei Nacional da Educação reorienta o projeto educativo, se formaliza e institui em nível nacional de carreira a Pedagogia e Educação Social, como um curso Técnico Superior na universidade, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (Redondo, 2014).

O Uruguai destaca-se por introduzir a terminologia “Pedagogia Social” na década de 1989, concomitante às pesquisas e reflexões sobre a formação de educadores sociais. As atividades e ações de cuidados às crianças e adolescentes datam de 1973, segundo Adams e Santos (2019). No Uruguai, são ofertados cursos em nível superior e especializações na área da Educação Social.

Na América Latina o movimento epistemológico adquire uma consonância e conotação relevante em frente à realidade educativa da região, o atual pós-conflito adquire um caráter crítico e problematizados, como eixo de reflexão e ação socioeducativa, países como Brasil e Uruguai encabeçam a tabela das Nações com maior número de produções, com o qual, é evidente a necessidade de articular um movimento latino-americano de Educadores Social, respaldado por políticas, currículos e programas de formação próprios da área (Munevar, 2021, p. 91).

No Brasil, a Educação Social³ é um termo de inserção recente. Sua intensificação se dá a partir dos anos 2000, de acordo com as pesquisas de Severo (2017). Em nosso país a Pedagogia Social se encaminha de modo a traduzir-se como um campo teórico-metodológico que abarca concepções e práticas pedagógicas voltadas especialmente para os âmbitos de educação não escolar, a partir de esforços sistemáticas de produção científica, a formação de pesquisadores e agentes educativos em interlocução com atores e instituições por ideias, conceitos e termos desarticulados (Machado; Severo; Rodrigues, 2014).

Desse modo, colabora no aprofundamento da qualidade da relação entre teoria e prática na ação educativa em diferentes contextos, especialmente em espaços não escolares, embora a eles não estejam restritos, pois, como uma teoria pedagógica, sua pertinência à escola também se revela quando se considera os desafios da construção de uma agenda formativa escolar que interage com diferentes experiências e saberes culturais que dialoguem com as formas de sociabilidades contemporâneas e contribua com a formação de valores, atitudes e condutas necessárias ao desenvolvimento humano e cultural da sociedade (Severo, 2017, p. 2124).

No Brasil, as práticas de Educação Social estão enraizadas e filiadas à Educação e Cultura Popular; o termo Educação Social “demarca uma visão e, a partir dela, uma tomada de posição, o

³No Brasil, podemos dizer que há um consenso no uso da expressão Educação Social, compreendendo, a partir de Freire, que teoria e prática são indissociáveis. Logo, a expressão Pedagogia Social da forma como é identificada na literatura estrangeira parece não fazer sentido.



termo social aparece como adjetivo ao lado de educação; é uma prática e um posicionamento ético-político” (Santos, 2020, p. 140). É marcada por uma educação que tem por objetivo desenvolver práticas educativas em diferentes espaços, com a finalidade de atender a toda população sem discriminação, na luta incansável por um sistema de garantia de direitos; que não selecione quem dele deva participar, mas que se estenda a todos, independente da raça, cor, etnia, condições socioeconômicas, emocionais, sociais e culturais. Tem por objetivo, ainda, a humanização dos sujeitos, de forma consciente e coletiva, por nos humanizamos uns com os outros em busca do “ser mais”, posto que somos inconclusos, e na busca incansável de instrumentalizar especialmente grupos marginalizados socialmente, a se tornarem protagonistas de suas próprias vidas e, nesse sentido, concordamos que a “educação social poderia ser denominada como uma pedagogia dos direitos” (Santos, 2020, p. 142).

Definir o que entendemos por Educação Social implica reconhecer que se trata de uma área multifacetada, “na qual o social, o educativo e o assistencial conjugam sentidos e significados às práticas pedagógicas em curso” (Santos; Mira, 2020, p. 111). No que se refere às ações desempenhadas nesse campo, podemos afirmar que são heterogêneas, constituindo experiências e atividades de educação realizadas nos mais diferentes espaços. Em síntese, “é uma pedagogia com a atenção voltada ao fenômeno social e que, por sua natureza educativo-pedagógica, entendemos que incide diretamente na perspectiva de mudança social” (Santos; Mira, 2020, p. 112).

Rocha (2020), ao sistematizar uma compreensão de Educação Social a partir da realidade brasileira, destaca as dimensões educativo-pedagógica que a sustenta e sua finalidade,

[...] a Educação Social se refere a práticas educativas com intencionalidade pedagógica e, portanto, tem como centralidade os processos de ensinar e aprender, que se desenvolvem com populações que estejam na iminência ou em situação de violação de direitos, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral, a promoção, defesa e garantia de direitos e o acesso a oportunidades das pessoas às quais atende, respeitando sua capacidade de decidir sobre si mesmo e de pensar sobre sua ação no mundo (Rocha, 2020, p. 203-204).

Tendo como princípio educativo a justiça social, a Educação Social brasileira carrega a herança das lutas sociais, da construção de um pensamento crítico e do exercício das Políticas Públicas, que se dá essencialmente a partir do (re)conhecimento histórico, nas dimensões individual e social.

O que encontramos em comum nesta recorrida história da Educação Social é a característica de seus destinatários, seus princípios e objetivos. A Educação Social se revela nos diferentes continentes, do norte ao sul global, como uma prática pedagógica que busca encontrar soluções individuais e coletivas como resposta aos efeitos dos desajustes sociais que impactam diretamente as populações mais vulneráveis. Essa característica compartilhada se desenvolve de forma muito distinta a partir das realidades e experiências de cada país. Podemos afirmar que, desde o século XX, inúmeras práticas identificadas como pertencentes à Educação Social multiplicaram-se num movimento quase universal, sendo presença em praticamente todos os



países do mundo. Tal afirmação converge à reflexão de que em um mundo desigual, leis e políticas não se sustentam sem práticas efetivas.

Compreendemos que a Educação Social “é área do conhecimento, é campo de formação e de trabalho interdisciplinar, é o lócus do trabalho da/o educador/a social” (Santos, 2020, p. 144). Para tanto, não podemos olhar para Educação Social, sem considerar as contribuições de Paulo Freire para essa área em construção, como apresentaremos na próxima seção.

2. Contribuições de Paulo Freire para a Educação Social

Paulo Freire não chegou a usar a expressão “Educação Social”, mas desde que assim foi nomeada no Brasil⁴, Freire passou a ser identificado como um importante referente à área. Com uma obra atemporal, suas contribuições ainda não foram devidamente apropriadas, nem mesmo pela educação escolar. Ainda que seja o autor mais citado em documentos legais (Instituto Paulo Freire, 2016), projetos políticos pedagógicos, trabalhos de conclusão de cursos de licenciaturas, dissertações e teses em Educação e artigos científicos, sua filosofia e concepção de educação carecem maior compreensão.

A Educação Social no Brasil tem berço nos movimentos sociais e populares de defesa de direitos, especialmente aqueles voltados para crianças, adolescentes e jovens. Apenas por tal fato já disporíamos de justificativa suficiente para atribuir a Paulo Freire a identificação de referente teórico principal da referida área. Como um importante disseminador da Educação Popular, contribuiu para a denúncia das opressões numa sociedade desigual e alienada, propondo o exercício de processos educativos emancipatórios e de reconhecimento do lugar social que ocupam os sujeitos de fato e de direito, como propulsor de uma “Pedagogia da Liberdade” (Weffort apud Freire, 1980, p. 3-26).

Entre tantas contribuições que Freire nos deixou, destacamos três que contribuem significativamente à compreensão de Educação Social que estamos construindo. A primeira é, sem dúvida, a aposta freiriana na “educação como prática de liberdade”. A obra que carrega esse título foi publicada em 1967, no marco histórico do golpe de 1964, e registra a interrupção de um movimento nacional de consolidação de sua proposta de alfabetização de adultos. Muitos identificam a contribuição de Freire principalmente pelo seu método de alfabetização, o que nos parece esvaziar de sentido quando assim identificada. Freire não apenas desenvolveu um método, mas uma metodologia⁵, cujos princípios pedagógicos estão alicerçados na construção de uma educação dialógica, conscientizadora e democrática.

⁴Identificamos o uso da expressão Educação Social no Brasil, em meados dos anos 1980, pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) que identificava sua prática e sua ação como Educação Social de Rua e seus agentes como Educadores Sociais de Rua. No entanto, a popularização da expressão e a nomeação das práticas pedagógicas não escolares vinculadas ao trabalho de defesa e garantia de direitos, especialmente de crianças e adolescentes, é marcada pelo início dos anos 2000 (Oliveira, 2004).

⁵Entendemos que a contribuição de Freire para o campo da educação vai mais além do método e da metodologia por ele desenvolvida. Freire desenvolveu uma verdadeira filosofia da educação.



A proposta de Freire para a educação é a de uma pedagogia libertadora que visa tornar a educação mais humana e transformadora. Para ele, a educação deve ser vista como um instrumento de mobilização social, tendo a liberdade o centro de sua concepção educativa.

Estávamos, assim, tentando uma educação que nos parecia a de que precisávamos. Identificada com as condições de nossa realidade. Realmente instrumental, porque integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. E se já pensávamos em método ativo que fosse capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras, postas diante do grupo, estas situações teriam de ser existenciais para os grupos. Fora disso, estaríamos repetindo os erros de uma educação alienada, por isso instrumental. (Freire, 1980, p. 106).

A educação como prática da liberdade é uma proposta que se baseia na indissociabilidade dos contextos e das histórias de vida na formação de sujeitos. Em educação como prática de liberdade, podemos aprender que as pessoas estão com o mundo e não apenas no mundo, “cuja destinação não é coisificar-se, mas humanizar-se” (Freire, 1980, p. 62). Ademais, compreendemos que o trabalho educativo crítico implica em construir com as pessoas a mudança da transividade ingênua para a transividade crítica. Esse exercício só é possível por que sua concepção de educação parte da realidade, possibilitando o reconhecimento como sujeito histórico, agindo e refletindo sobre sua ação de mudança e transformação em um cidadão crítico e participativo. Como base da sua metodologia está o diálogo: a relação horizontal entre todos os participantes da prática educativa.

A segunda, então, busca reunir algo em torno das Pedagogias de Paulo Freire. Freire escreveu cinco obras cujo título anunciava uma pedagogia. Em confluência com a “Pedagogia da Liberdade” assim nomeada por Weffort na introdução do livro “Educação como prática de liberdade”, Freire destacou ao longo de sua produção uma intensa reflexão sobre os processos de construção da autonomia das pessoas. Suas pedagogias nos ensinam que não há teoria sem prática, tampouco prática sem teoria.

Em “Pedagogia do Oprimido”, escrita em 1968, ao fazer a crítica à educação tradicional, também nomeada como educação bancária, revela que apenas uma pedagogia dialógica, na qual educadores e educandos dialogam, problematizam a realidade e buscam uma transformação social, pode despertar o processo de conscientização, fundamental para que os oprimidos possam reconhecer sua condição e lutar por sua liberdade. Essa pedagogia é um convite à reflexão crítica sobre as estruturas de poder e sobre a busca pela libertação, não apenas através do conhecimento, mas por meio da ação coletiva dialógica. Busca ainda “a restauração do homem, a busca por ser mais, porém não no isolamento, no individualismo, mas em comunhão e solidariedades, almejando a superação da falsa consciência de mundo” (Ramos, 2019, p. 46).

Freire nos apresenta ainda a “Pedagogia da Pergunta”, publicada em 1985, que aposta na prática do diálogo e no questionamento como base do processo educativo. Para Freire, questionar é um ato de coragem e um passo essencial à reflexão crítica. Segundo o autor, a educação deve ser um espaço de perguntas, na qual os sujeitos são incentivados a pensar de



maneira crítica sobre suas realidades, desafiando as verdades absolutas e buscando respostas coletivas. Essa pedagogia valoriza a curiosidade e a busca pelo saber, promovendo um ambiente onde todos são igualmente participantes do processo educativo.

O livro “Pedagogia da Esperança”, escrito em 1992, é uma obra que reflete sobre sua experiência como educador e suas reflexões sobre a prática pedagógica. Na obra, Freire revisita suas ideias expostas em Pedagogia do Oprimido, oferecendo uma perspectiva crítica e esperançosa sobre a educação. A Pedagogia da Esperança é um incentivo à construção coletiva do conhecimento, pautada pela esperança na transformação social e na emancipação dos oprimidos. Freire nos convida a cultivar a esperança como uma força motriz para a ação, mesmo diante das adversidades. Essa perspectiva é fundamental para motivar as pessoas a lutarem por um mundo mais justo e igualitário, acreditando que cada pequeno passo é válido na construção de um futuro melhor. O teórico destaca que a educação deve ser um ato de amor e compromisso, onde a esperança é alimentada pela ação coletiva e pela solidariedade.

A “Pedagogia da Autonomia”, escrita em 1996, se conecta intimamente com as pedagogias anteriores, propondo que a educação leve os sujeitos a se tornarem autônomos e críticos. Freire enfatiza que a verdadeira educação não é aquela que transfere conhecimento de forma unilateral, mas que promove a capacidade de pensar, questionar e agir de forma independente. O educador não detém todo o saber; na verdade, sua função é estimular a curiosidade, o questionamento e a construção conjunta do conhecimento. Nesse sentido, a autonomia não se refere apenas à capacidade individual de pensar, mas à habilidade de agir em conjunto, em comunidades que se reconhecem e se respeitam. A autonomia, portanto, se configura como um processo contínuo de formação humana, que considera as experiências e os saberes de todos.

“Pedagogia da Indignação”, de 2000, é uma obra póstuma. Do conjunto de nove cartas, apenas três foram escritas por Paulo Freire. As demais são fruto de anotações, registros de palestras, materiais deixados em suas gavetas e que foram devidamente tratados e organizados nessa obra. A Pedagogia da Indignação surge como uma resposta à opressão e à injustiça social. Freire acreditava que a educação não poderia ser neutra; ela deve estar comprometida com a luta por um mundo mais justo. A indignação, nesse contexto, é um sentimento que deve ser cultivado e direcionado para a ação transformadora. Freire convida os educadores a instigar a consciência crítica de seus alunos, despertando neles a disposição para lutar contra as desigualdades e os abusos de poder. Essa pedagogia propõe não apenas o reconhecimento da opressão, mas também a mobilização para a construção de alternativas que promovam a equidade e a dignidade humana.

Depois de nos deleitarmos entre as pedagogias de Freire, nos detemos na terceira contribuição que identificamos de seu legado para a Educação Social: a práxis pedagógica. A práxis em Freire está relacionada ao processo de ação-reflexão-ação. Pode ser entendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e vida e a consequente prática que decorre dessa compreensão, ocasionando uma ação transformadora (Rossato, 2010, p. 325). Isso significa que a verdadeira prática educativa não se limita à



transmissão de conhecimentos, mas envolve um diálogo crítico que permite aos educandos compreender sua realidade e agir sobre ela.

Ambas as Pedagogias de Freire estão interligadas e fundamentam uma proposta educativa que visa formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A autonomia é um meio necessário para que a indignação se transforme em ação efetiva. Ao promover a autonomia, a educação abre espaço para que os indivíduos, ao indignarem-se diante de injustiças, possam atuar de maneira consciente e transformadora. Assim, Paulo Freire nos legou uma visão de educação que vai além da sala de aula e pode se encontrar com a Educação Social.

O sentido que encontramos nas Pedagogias de Freire para a Educação Social mostra o caminho convergente em fundamentos e princípios. Caminho tal que consolida uma proposta ético-político-pedagógica elegendo os sujeitos do processo educativo como agentes de construção do conhecimento mediatizados pelo mundo, visando a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Enquanto a Educação Social se preocupa com a garantia dos direitos aos sujeitos que os tiveram negados, Freire indica como construir com esses sujeitos formas de resistir e superar a realidade perversa.

3. A formação do(a) Pedagogo(a) e a Educação Social a partir da experiência da UFRGS

A Pedagogia tem a educação como objeto de análise e, ao considerar seu objeto, está presente em todos os espaços, sejam eles escolares ou não escolares. “A educação é um processo social que está para todos, em todas as partes sob diferentes perspectivas” (Orzechowski; Araújo, 2023, p. 7). Além disso, a Pedagogia é “uma ciência que estuda seu objeto vivido, vivenciado e vivificado, porque não se processa na neutralidade e não se dinamiza na fragmentação” (Orzechowski; Araújo, 2023, p. 7).

Considerar a Pedagogia como ciência, significa problematizar a educação de forma intencional, oportunizar aos(as) pedagogos(as) em formação experiências que estão além dos espaços escolares, para que possam refletir e vivenciar a práxis em espaços distintos, onde a prática educativa se possa ocorrer a partir de uma intencionalidade educativa, concernente aos seus objetivos, a fim de permitir o desenvolvimento integral das pessoas. O trabalho do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares no Brasil, então, se efetiva na perspectiva do trabalho cooperativo, trabalho em rede, pois as ações educativas são pensadas em rede.

Nesse conjunto estão os ambientes empresariais, jurídicos, penitenciários, socioeducativos, de acolhimento institucional, programas de formação profissional para jovens, programas de fortalecimento familiar, serviços socioassistenciais, culturais, de lazer, recreativos, de saúde, de segurança pública, entre muitos outros. Desempenhados por OSCs e/ou instituições públicas, cada um desses ambientes/lugares/espaços/programas/políticas requer um trabalho específico, ou seja, onde há sujeitos que requerem, precisam ou têm o desejo de participar de um processo educacional intencionado, há necessidade de se desenvolver o trabalho pedagógico com um olhar específico: o de pedagogo(a).



Quanto à formação do(a) pedagogo(a) e sua atuação em espaços não escolares, a Resolução n. 02/2015, indicava a formação para “outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (Brasil, 2015). Nesse sentido, a formação dos(as) professores(as) e pedagogos(as) nos cursos de pedagogia já indica em sua formação um olhar e atendimento que poderá ocorrer em espaços além dos escolares.

No entanto, com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) n. 2, de 20 de dezembro de 2019, revoga a Resolução de 2015 e institui a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2019c). A resolução ainda é motivo de muitas críticas e pronunciamento das entidades e organismos de representatividade que solicitam sua revogação. Caso não ocorra, consideramos ser um grande retrocesso reduzir a formação do(a) pedagogo(a) apenas aos espaços escolares, quando esse trabalho há décadas vem ocorrendo também para além dos muros da escola.

Sendo assim, é preciso pensar a Pedagogia como ciência pedagógica, que atua em diferentes espaços, reflete, cria e planeja ações com princípios educativos que possam estar articulados com a política pública de direitos humanos, educação, saúde e outros, que possam dar condições de viver com dignidade, em busca de emancipação e transformação social dos sujeitos atendidos pela Educação Social, sejam eles: crianças, adolescentes, adultos, idosos, migrantes, entre outros. Há uma grande diferença em como a Educação Social é incluída nos cursos de Pedagogia no Brasil; destacamos neste artigo suas contribuições para formação do pedagogo a partir da experiência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na UFRGS o olhar para formação do(a) pedagogo(a) e sua contribuição em espaços onde a Educação Social atua iniciou no ano de 2014, com a criação da área da Educação Social. Considerado um ato histórico, é a primeira e única universidade brasileira a instituir uma área de Educação Social, no Departamento de Estudos Especializados na Faculdade de Educação, em um curso de Pedagogia.

Trata-se de uma área em construção e expansão, que atualmente é composta por três docentes, ocupa-se não apenas das disciplinas obrigatórias ofertadas, mas de um estágio obrigatório reconhecido como “Estágio em Práticas Pedagógicas na Educação Social”. A inclusão desse estágio se dá a partir da Resolução CNE/CP, n. 2 de 2015, inciso II, § 1º, art. 13, que determinou a ampliação da carga horária dos estágios supervisionados nos cursos de licenciatura de 300 horas para 400 horas (Brasil, 2015). Por conseguinte, resultou na reestruturação do currículo do Curso de Pedagogia na UFRGS e nas demais universidades brasileiras. No período entre 2016 e 2018, a nova proposta é estruturada e, por iniciativa de um grupo de docentes de áreas distintas, é apresentada ao coletivo de trabalhadores e discentes da Faced a proposta de estágio 1, ocupando 105h e anterior ao estágio final, que passou a ser reconhecido como estágio



2. O estágio de docência 1 atualmente, na UFRGS, está organizado a partir de três grandes temas: Educação Social, Gestão da Educação e Educação Especial⁶.

O estágio na Educação Social iniciou no segundo semestre do ano de 2018, vinculado ao 5º semestre do curso, acompanhado pela disciplina de Seminário de Estágio em Práticas Pedagógicas na Educação Social. Até o período letivo do primeiro semestre de 2024, foram 146 estudantes que passaram pela experiência do estágio na Educação Social. Uma experiência que é tecida a partir das particularidades de cada uma das instituições sociais que assumiram o compromisso de contribuir com a formação de pedagogos(as). As instituições parceiras para a realização do estágio atendem políticas públicas distintas, bem como ofertam programas e serviços distintos, fato que possibilita autonomia na escolha do campo de estágio, a fim de conhecer e compreender como se efetiva o trabalho do(a) pedagogo(a) com princípio educativo em tais espaços.

Entre as instituições parceiras para realização do estágio, estão: Instituto Providência; Centro Diaconal Evangélico Luterano; Ilê Mulher; Museu do Hip Hop; Projeto Pescar; Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul; e o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC), localizado na UFRGS, vinculado ao Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (Ciess), que abarca mais de dez projetos de extensão distintos, além de ser uma unidade de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade desde 1997, que já recebeu mais de 1.800 adolescentes e integrou à equipe mais de 150 estudantes (graduação e pós-graduação) como bolsistas, estagiários e residentes da Saúde Mental Coletiva, além de pesquisadores e voluntários de diferentes áreas do conhecimento (Pedagogia, História, Artes Visuais, Psicologia, Design, Direito, Políticas Públicas e Serviço Social).

Dada a singularidade das instituições listadas, o estágio é organizado ao longo do semestre incluindo atividades em que teoria e prática são indissociáveis; cada instituição, ao seu modo, junto às docentes supervisoras de estágio, organiza o cronograma de atividades a ser desenvolvido ao longo do semestre. Todas as instituições possuem o(a) profissional pedagogo(a) que desenvolve um olhar às demandas que envolvem o planejamento de atividades para com os grupos atendidos, formação aos educadores(as) sociais dos diferentes grupos, reuniões multidisciplinares com equipes de programas que atendem crianças, jovens e adultos nas instituições; ainda, no percurso do estágio é oportunizado o acompanhamento dessas atividades. Após compreender as demandas da instituição, serviços ofertados e políticas públicas que incidem na instituição, os estagiários deverão desenvolver uma proposta de ação para ser aplicada na instituição, seja junto ao(a) pedagogo(a), com a equipe multidisciplinar ou com um dos grupos atendidos pela instituição; poderá ser junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ou SCFV, ou nos grupos da socioaprendizagem (Programa de Aprendizagem Profissional).

⁶Os estágios foram assim nomeados: Estágio de Docência 1: Práticas Pedagógicas na Educação Social; Estágio de Docência 1: Gestão Educacional; Estágio de Docência 1: Educação Especial, Docência e Atendimento Educacional Especializado; Estágio de Docência 1: Educação Especial, Processos e Práticas.



Para realização do plano de atividades, o estágio é acompanhado pelo(a) pedagogo(a) de referência da instituição parceira e pelas docentes da disciplina de Seminário de Estágio em Práticas Pedagógicas na Educação Social, por meio da qual são socializadas as experiências em campo. Além disso, são indicados estudos e referenciais teóricos que subsidiam o olhar para demandas presentes na instituição escolhida. O plano de ação é desenvolvido tendo como princípio a metodologia de trabalho com o grupo, e não para o grupo: se pensa e constrói coletivamente a proposta de ação, que advém das experiências vivenciadas em campo, debatidas e apresentadas ao grupo escolhido para realização da intervenção. Para Freire (1987), educar consiste em formar sujeitos livres, com base em uma prática humanizada, que verdadeiramente contribua ao processo de emancipação dos sujeitos. Para tanto, no contexto da Educação Social, o diálogo crítico e libertador deverá ser realizado com as comunidades, com os sujeitos atendidos, e não para eles; para que a transformação possa acontecer, é preciso refletir sobre o processo libertador, coletivamente – toda ação deve ser reflexiva e não prescritiva, ou cairemos na armadilha de pedagogizar esses espaços.

De acordo com Freire (1987), importa que cada sujeito se reconheça como ser humano capaz de ser, existir e de transformar o mundo; nosso papel como pedagogos(as) é desenvolver um processo pedagógico amparado na prática da liberdade, que seja contrário a prática de dominação e reprodução, ou seja, que sugere a negação desse sujeito e sua inserção no mundo, como cidadão de direitos, ou seja, estar em constante busca do “ser mais”, pois somos sujeitos inacabados e inconclusos. O papel do(a) pedagogo(a) nesses espaços, sem dúvida, envolve a construção de vínculos afetivos e, ainda, como dito por Freire (1996, p. 159), um “querer bem”: “significa, de fato que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la”, mas para que possamos respeitar o saber do outro, exige-se autonomia, ética, reconhecimento da identidade cultural, rejeição a toda e qualquer forma de discriminação, luta por direitos, liberdade, esperança, aceitação no novo e criticidade. A partir das experiências do estágio, notamos que essas aprendizagens foram construídas por nossos(as) pedagogos(as) em formação:

Percebo a importância de minha formação para contribuir no desenvolvimento de crianças e adolescentes, reconhecendo a condição social desses educandos, suas experiências, contribuindo para que se construam estratégias junto a eles, que promovam e possibilitem práticas significativas e críticas. Portanto, tive como objetivo desenvolver diálogos para que essas crianças e adolescentes da periferia pudessem encontrar palavras e ações para enfrentar o racismo e as desigualdades sociais vivenciadas (Silva, 2023, p. 23-24).

A fim de compartilharmos as experiências, ações desenvolvidas e contribuições do estágio na Educação Social na formação dos(as) pedagogos(as), publicamos o E-book “Cadernos de Educação Social” (Santos; Perondi; Pasini; Lemos, 2024), a partir do qual são narradas as vivências pelos estudantes que passaram por tal estágio às experiências em campo, nas diferentes instituições. Sobre a experiência e contribuições para a formação do(a) pedagogo(a), podemos perceber sua importância a partir dos relatos dos estágios,



[...] ao longo de toda a experiência do estágio, a interlocução entre os autores que havíamos lido e a realidade encontrada no ambiente de trabalho. Um dos conceitos que mais tivemos contato ao longo de nossa experiência, na prática, foi o de Planejamento Participativo. [...] essa modalidade de planejamento nasce a partir da análise situacional que vê uma sociedade formada de forma injusta, de maneira que essa injustiça se caracteriza pela falta de participação. Sendo assim, a participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, tanto dos naturais quanto os produzidos pela ação humana. Refletindo sobre esse conceito, foi possível analisar como, de fato, muitas das pessoas atendidas pelo CRAS eram injustiçadas por não participar ativamente da sociedade, o que tornava necessária uma intervenção por parte dos que ali trabalham (Teixeira; Takeda, 2023, p. 32).

Os relatos das experiências e vivências no estágio da Educação Social nos permitem compreender o quão significativa se torna a experiência; olhar para a Educação que ocorre nos diferentes espaços, adentrar novos espaços, provocaram múltiplos sentimentos e anseios aqueles que, pela primeira vez, se permitiram “navegar um novo percurso de possibilidade de atuação, para além da escola, de modo a nos construirmos profissionais que não se acomodam” (Silveira; Dornelles, 2023, p. 47) e ainda compreender “a importância de nos apropriarmos da Educação como Campo Social, em que a prática pedagógica e reflexiva faz-se crucial para o funcionamento dos serviços, de acordo com as diretrizes que os fundamentam, junto à construção conjunta, em especial do planejamento” (Silveira; Dornelles, 2023, p. 47).

Incluir a Educação Social na formação de Pedagogia, que historicamente priorizou a educação escolar, significa redimensionar o papel da educação e sua função social, especialmente no espaço não escolar, como podemos refletir a partir do relato da Fernanda Fetter,

Particularmente, para mim Fernanda, o PPSC cumpriu um papel imensurável de estourar a bolha social e profissional que a escola particular e de educação infantil me coloca. Foi junto de tantas pessoas que descortinei uma realidade muito diferente da minha rotina, pude marcar minha trajetória acadêmica de outra forma, talvez ainda mais sensível, responsável, democrática e educativa. O estágio me permitiu olhar para o desenvolvimento humano também em outra etapa, entender que a juventude também carece de cuidado, foi preciso tocar nas feridas, lembrar das minhas falhas, dos meus erros, das minhas fases, foi um tempo paradoxal e matemático. Medir os atos e as consequências não é tão simples quanto me parecia, a equação carrega mais do que 1+1, carrega histórias, contextos, pessoas, siglas poderes, hierarquias, Estado, sociedade, família, escola, amigos, é uma rede que precisa entrar nessa soma e que às vezes falha, errada, se equivoca e precisa ser revisitada constantemente com seriedade, responsabilidade e com cuidado. Agradeço aos que tiveram a paciência de me apresentar esse desafio e colaboraram para montar esses quebra-cabeças, ajudaram a diminuir as distâncias entre a realidade e os papéis, e inauguraram em mim novas possibilidades de ser e estar enquanto pessoa e profissional (Fetter, 2023, p. 149).

Compreender a Pedagogia para além do espaço escolar significa incluí-la no espaço social: é perceber o surgimento de novas demandas, espaços, tempos, técnicas, conteúdos, planejamento e ações que emergem das experiências e vivências na Educação Social. A ação pedagógica exige intencionalidade e tem como eixo norteador o processo de emancipação social dos sujeitos envolvidos e articulados com o conhecimento historicamente produzido e socializado. A educação, presente em todos os espaços e tempos, promove e impulsiona o



desenvolvimento humano por meio das relações sociais, da dialogicidade, da criticidade, da autonomia, do respeito, pois, “o que caracteriza o educador é a sua atuação intencional em favor do desenvolvimento humano, desenvolvimento de saberes, mas também de formas de ser e existir” (Craidy, 2017, p. 85). É preciso compreender que

[...] o ser humano não nasce programado, aprende valores e formas de ser. Aprende o direito à igualdade assim como comportamentos de opressão e de negação de direitos dos outros. Para respeitar os direitos dos outros é preciso sentir-se sujeito de direitos, ter a experiência de vivenciar direitos. Às pessoas aprendem o que vivem, não simplesmente, o que ouvem ou que alguém pretende transmitir-lhes (Craidy, 2017, p. 85).

Esse é o verdadeiro sentido da Educação Social articulada e imbricada no processo de formação dos profissionais da educação, neste caso da Pedagogia, atribuir sentidos e significados à prática pedagógica em todos os espaços, planejar com os sujeitos e oportunizar-se vivenciar seus direitos, dar voz e sentido de pertencimento nesta sociedade em que muitos não se reconhecem como sujeitos de direitos.

Considerações finais

A intersecção entre a Pedagogia e a área da Educação Social oferece um propício ambiente de reflexões profundas sobre o papel transformador que a educação pode ter na sociedade, quando a mesma é pensada não apenas como uma forma de “reprodução de conteúdo” ou educação bancária, como cita Paulo Freire; mas como uma ferramenta para facilitar espaços que visem o desenvolvimento da conscientização dos sujeitos sobre o mundo em que vivem, ou seja, uma educação libertadora.

Ao trilhar o caminho de refletir sobre a Formação dos(as) Pedagogos(as) e a Educação Social, às contribuições de Paulo Freire à área da Educação Social, e apresentar seu breve histórico nos países europeus e na América Latina, podemos perceber o quão longo é o caminho a percorrer, especialmente no Brasil. Ao apresentar a experiência inédita da inclusão da área de Educação Social no Curso de Pedagogia da UFRGS, esperamos inspirar e esperar outras universidades a assumir o compromisso de criar oportunidades para que o(a) pedagogo(a) em formação possa atuar em espaços não escolares, que os possibilitem envolvimento direto na luta pela garantia de direitos humanos, políticos e sociais a todos, para que essa luta se estenda também a outros espaços e comunidades, a fim de promover a emancipação e transformação humana, que esta seja coletiva e não individualizadas, que possamos nos humanizar uns com os outros, na busca incessante do “ser mais”, como sujeitos em constante construção.

A Pedagogia como ciência da educação, “há que se pautar pelos anseios do social, sem perder a dimensão máxima da emancipação humana, como projeto social, enaltecendo a dignidade do homem como conquista inalienável, por meio de mecanismos de mediação e superação, saber-se ideológica por princípio” (Franco, 2008, p. 59). A partir do relato de experiência publicados pelo “Cadernos da Educação Social”, é possível perceber os ecos da Educação Social na formação dos(as) pedagogos (as), a partir das disciplinas obrigatórias



cursadas e das vivências no estágio na Educação Social em diferentes espaços. A Pedagogia deve ter por objetivo formar um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos e atender diferentes demandas que necessitem de intervenções pedagógicas decorrentes das novas realidades, sejam nos espaços escolares e não escolares, sem perder de vista a essência de ser a ciência da educação.

A opção político-pedagógica que faz a Educação Social no Brasil e no mundo aponta para um horizonte de inclusão onde caibam todos, de fato e de direito. Sua finalidade, princípios e fundamentos encontram respaldo nas Pedagogias de Freire, que sustentam o exercício da educação como prática de liberdade, afinada com a cotidianidade da práxis ao compartilhar ideais comuns de um novo mundo possível.

Referências

ADAMS, Telmo; SANTOS, Karine. Pedagogía Social: sus paradigmas, prácticas y nuevos escenarios. In: SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; POSSEBON, Elisa Gonsalves. (orgs.). **Fundamentos e temas em Pedagogia Social e Educação Não Escolar**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 65-79.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1735/2019**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.941-A, de 2019**. Regulamenta a profissão de educador social. Brasília: Senado Federal, 2019b.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2019c.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2015.

CARRERAS, Juan Saéz. La construcción de la Pedagogia Social: algunas vías de aproximación. In: PETRUS, Antonio Juan. (coord). **Pedagogía Social**. Barcelona: Ariel, 1997. p. 40-67.

CENTRO DIACONAL EVANGÉLICO LUTERANO (Cedel). SAF Serviço de atendimento domiciliar. **Cedel** [site], s. d. Disponível em: <https://www.cedel.org.br/saf>. Acesso em: 10 out. 2024.

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO (CIESS). Programa de Prestação de Serviços à Comunidade – PPSC. **CIESS** [site], s. d. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciess/ppsc/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CORREA, Avani Maria de Campos. Pedagogia do Oprimido, tantos anos depois... In: PADILHA, Paulo Roberto. [et al], (org). 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido [livro eletrônico]. 1. Ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. 3.964 kb; pdf. Disponível em: <https://ccj.org.br/downloads/outras-publicacoes/50-olhares-sobre-os-50-anos-da-pedagogia-do-oprimido/> Acesso em: 15 abr. 2025.



CRAIDY, Carmem Maria. Medidas socioeducativas e educação. In: CRAIDY, Carmem Maria. SZUCHMAN, Karine. (org.). **Socioeducação**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 85-101.

FETTER, Fernanda. Um novo olhar para a Pedagogia: Vivências de estágio em educação social no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. In: SANTOS, Karine; PERONDI, Maurício; PASINI, Juliana Fatima Serraglio; LEMOS, Suelen da Silva. **Cadernos de Educação Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 140-150.

FERREIRA, Arthur Vianna. As reflexões possíveis entre a Pedagogia Social e as práticas educativas não escolares nas atividades cotidianas da Educação Infantil. **Interfaces Científicas**, Aracajú, v. 10, n. 1, p. 21-35, 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santono. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO (Fase). [Início]. **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo** [site], s. d. Disponível em: <https://www.fase.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 10 out. 2024.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. [Início]. **Fundação Projeto Pescar** [site], s. d. Disponível em: <https://www.projetopecar.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GALVÃO, Júlia. Cerca de 2 milhões de jovens estão fora das escolas no Brasil, segundo o Unicef. **Jornal da USP** [site], 29 maio 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cerca-de-dois-milhoes-de-jovens-estao-fora-das-escolas-no-brasil-segundo-a-unicef/#:~:text=segundo%20o%20Unicef-,Cerca%20de%202%20mil%C3%B5es%20de%20jovens%20est%C3%A3o%20fora,no%20Brasil%2C%20segundo%20o%20Unicef&text=A%20evas%C3%A3o%20escolar%20pode%20ser,estudantil%20motivado%20por%20diferentes%20causas>. Acesso em: 10 out. 2024.

HIDALGO, Àngela Janer. **La Pedagogía Social bajo una mirada comparativa internacional**: anàlisi de la perspectiva acadèmica, formativa y profesional. 2017. Tesis (Doctorado) – Facultat de Ciències de l'Educació, Departament de Pedagogia Sistemàtica i Social, Universitat Autònoma de Barcelona, 2017.



ILÊ MULHER. Quem somos nós?. **Ilê Mulher** [site], s. d. Disponível em: <https://ilemulher.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo. **Instituto Paulo Freire** [site], 8 jun. 2016. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>. Acesso em: 9 out. 2024.

KRICHEFSKY, Marcelo. (org.). **Pedagogía Social y Educación Popular: perspectivas y estrategias sobre la inclusión y el derecho a la educación**. La Plata: Unipe, 2011.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da Pedagogia Social**. [E-Book]. Paraná: Unicentro, s. d.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Encuentros y desencuentros entre la Pedagogía Social y la educación popular en América Latina: el caso de Brasil. In: KRICHEFSKY, Marcelo. (org.). **Pedagogía Social y Educación Popular: perspectivas y estrategias sobre la inclusión y el derecho a la educación**. La Plata: Unipe, 2011. p. 37-53.

MACHADO, Érico Rivas. SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. RODRIGUES, Marli de Fátima. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: Entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Revista Interfaces Científicas, Educação**, Aracaju, v. 3, n.1, p. 11-20, out. 2014.

MUNEVAR, Francisco Alejandro Rincón. **Pedagogia Social na Colômbia: possibilidades de intervenção socioeducativa no pós-conflito**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação Social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ORZECOWSKI, Suzete Terezinha; ARAÚJO, Margareth. A pedagogia é a Ciência da Educação e não suas adjetivações. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa – EPEduc**, Piauí, v. 6, n. 1, p. 01-21, 2023.

PÉREZ SERRANO, Maria Gloria. **Pedagogía Social – educación social. Construcción científica e intervención práctica**. Madrid: Narcea, S. A.. de Ediciones, 2003.

PORTO ALEGRE. [Museu Hip Hop]. **Prefeitura de Porto Alegre** [site], Notícias, s. d. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/taxonomy/term/6217>. Acesso em: 10 out. 2024.

RAMOS, Ivana Pinto. Pedagogia do Oprimido: Educação e Liberdade. In: PADILHA, Paulo Roberto. [et al], (org). 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido [livro eletrônico]. 1. Ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. 3.964 kb; pdf. Disponível em: <https://ccj.org.br/downloads/outras-publicacoes/50-olhares-sobre-os-50-anos-da-pedagogia-do-oprimido/> Acesso em: 15 abr. 2025.

REDE ICM. **Histórico**. Rede ICM [site], s. d. Disponível em: <https://www.redeicm.org.br/providencia/historico/>. Acesso em: 10 out. 2024.

REDONDO, Patrícia Raquel. Aproximaciones al campo de la pedagogía social en la Argentina. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 67-76, 2014.



RIBEIRO, Daniel Glaydson. Corpo Consciente e os círculos de envolvimento (Ciber)Cultural. In: In: PADILHA, Paulo Roberto. [et al], (org). 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido [livro eletrônico]. 1. Ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. 3.964 kb; pdf. Disponível em: <https://ccj.org.br/downloads/outras-publicacoes/50-olhares-sobre-os-50-anos-da-pedagogia-do-oprimido/> Acesso em: 15 abr. 2025.

ROCHA, Juliana dos Santos. **A constituição subjetiva de educadoras(es) sociais:** tornar-se educador(a) no processo de vida. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ROSSATO, Ricardo. Práxis. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 397-398.

SANTOS, Karine. Educadora(or) Social. In.: PERONDI, Maurício; LAZZAROTTO, Gislei; MEDEIROS, Tanise; CARVALHO, Wesley. **Juventudes entre A & Z**. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2020. p. 146-152.

SANTOS, Karine; MIRA, Levi. Sulear as práticas pedagógicas: contribuições freireanas à educação social brasileira. In: PAIVA, Jacyara Silva; FOERSTE, Erineu; MÜLLER, Verônica Regina; NORÕES, Katia Cristina (coords). **Espectros latinos da educação social**. Curitiba: Appris, 2020. p. 106-119.

SANTOS, Karine; PERONDI, Maurício; PASINI, Juliana Fatima Serraglio; LEMOS, Suelen da Silva. **Cadernos de Educação Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/279210>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracajú, v. 3, n.1, p. 11-20, 2014.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. O horizonte da Pedagogia Social: uma perspectiva de aproximação conceitual. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2122-2137, 2017.

SILVA, Gabrieli Oliveira da. Práticas desenvolvidas por uma estagiária de Educação Social na periferia de São Leopoldo/RS. In: SANTOS, Karine; PERONDI, Maurício; PASINI, Juliana Fatima Serraglio; LEMOS, Suelen da Silva. **Cadernos de Educação Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 18-25.

SILVEIRA, Laura Becker da Silva; DORNELLES, Graciela Santos. “Onde termina o asfalto é o local em que a Fundação Fé e Alegria começa seu trabalho”: relatos de experiência do estágio no campo da Educação Social. In: SANTOS, Karine; PERONDI, Maurício; PASINI, Juliana Fatima Serraglio; LEMOS, Suelen da Silva. **Cadernos de Educação Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 34-50.

TEIXEIRA, Fabíola Peixoto; TAKEDA, Luanne Yukari. Observando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Sapucaia do Sul/RS. In: SANTOS, Karine; PERONDI, Maurício; PASINI, Juliana Fatima Serraglio; LEMOS, Suelen da Silva. **Cadernos de Educação Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 26-33.



EDUCAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA UMA ÁREA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Resumo: A Educação Social é assumida a partir do princípio da Educação como um direito, na sua totalidade, cujas necessidades e demandas se expressam dentro e fora do ambiente escolar, não se restringindo apenas a educação não escolar, mas compreendendo que a garantia de direitos deve estar presente em todos os espaços onde existe a negação de um direito. O estudo busca problematizar a importância e as contribuições da Educação Social para a formação de pedagogos(as) no contexto da realidade brasileira. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que apresenta um breve histórico da Educação Social no contexto latino-americano, as contribuições de Paulo Freire para a área, e problematizar os desafios e possibilidades da/na formação de pedagogos(as) para atuar em espaços de educação não escolar, envolvidos diretamente na luta pela garantia de direitos humanos, políticos e no exercício desses direitos a todos. Além disso, realizamos análise dos relatórios de estágio desenvolvidos na disciplina de “Estágio de Docência I: Práticas Pedagógicas na Educação Social”, que abarcou o período de 2018 a 2023. A UFRGS é a primeira universidade do país a incluir no currículo de formação de professores disciplinas obrigatórias e eletivas, além do estágio profissional na área da Educação Social. A partir dos relatos é possível perceber os ecos da Educação Social na formação dos(as) pedagogos(as), a partir das disciplinas cursadas e das vivências em diferentes espaços proporcionadas pelo Estágio na Educação Social.

Palavras-chave: Educação Social; Paulo Freire; Pedagogia; Formação de Pedagogos(as).

EDUCACIÓN SOCIAL: LOS APORTES DE PAULO FREIRE A UN ÁREA EN CONSTRUCCIÓN EN BRASIL

Resumen: La Educación Social se asume a partir del principio de la Educación como un derecho, en su totalidad, cuyas necesidades y demandas se expresan dentro y fuera del ámbito escolar, no restringiéndose únicamente a la educación no escolar, sino entendiendo que la garantía de los derechos debe ser presente en todos los espacios donde hay una negación de un derecho. Este estudio busca problematizar la importancia y las contribuciones de la Educación Social para la formación de pedagogos en el contexto de la realidad brasileña. Para ello, realizamos un relevamiento bibliográfico, presentando una breve historia de la Educación Social en el contexto latinoamericano, las contribuciones de Paulo Freire al área, y problematizando los desafíos y posibilidades de la formación de pedagogos para actuar en espacios de educación no escolarizada, directamente involucrados en la lucha por la garantía de los derechos humanos y políticos y el ejercicio de estos derechos para todos. Además, analizamos los informes de pasantía desarrollados en la asignatura “Pasantía Pedagógica I: Prácticas Pedagógicas en Educación Social”, que abarcaron el período de 2018 a 2023, es decir, desde que la asignatura pasó a formar parte del currículo del curso de Pedagogía en la UFRGS, ya que es la única universidad del país que incluye asignaturas obligatorias y optativas en el currículo de formación docente, además de la pasantía profesional en el área de Educación Social. A partir de los relatos, es posible ver los ecos de la Educación Social en la formación de pedagogos, a partir de las asignaturas cursadas y de las experiencias en diferentes espacios proporcionadas por la Pasantía en Educación Social.

Palabras claves: Educación Social; Paulo Freire; Pedagogía; Formación de Pedagogos.

SOCIAL EDUCATION: PAULO FREIRE'S CONTRIBUTIONS FOR AN AREA STILL IN CONSTRUCTION IN BRAZIL

Abstract: Social Education is rooted in the axiom of Education as a human right, encompassing all and fulfilling requirements and needs in and outside the school sphere. It also goes beyond non-school education needs by emphasizing the need to provide rights in any sector where these are not accessed. It investigates the contribution and role played by Social Education in the development of professionals like teachers according to the situation in Brazil. This work is based on a bibliographic study offering the historical evolution of Social Education in Latin America, recognizing Paulo Freire's legacy to education, and exploring challenges and possibilities for training teachers to teach in non-school schooling contexts,



being actively involved in the search and struggle for human and political rights. Moreover, the study encompasses an analysis of internship reports from the "Teaching Internship I: Pedagogical Practices in Social Education" course from 2018 to 2023. UFRGS is the initial institution in Brazil to include mandatory and optional courses, besides professional internships, of Social Education within its teacher training program. These accounts reflect the effect of Social Education on the professional development of educators based on coursework and fieldwork in a variety of settings offered by the Social Education internship.

Keywords: Social Education; Paulo Freire; Pedagogy; Training of Pedagogues.



RECEBIDO EM: 10 de outubro de 2024

APROVADO EM: 2 de maio de 2025

PUBLICADO EM: 31 de agosto de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

PASINI, Juliana Fatima Serraglio; DOS SANTOS, Karine. Educação Social: Contribuições de Paulo Freire para uma área em construção no Brasil. **Revista Espirales**, v. 9, e-location: e2282886915. <https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-5>

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenko, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Orlando Bellei Neto e Wemerson Augusto

REVISÃO: Cibelle Burdulis da Motta

DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Renata de Melo Teixeira



A REVISTA ESPIRALES É APOIADA E FINANCIADA POR: